

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Israel, Grécia e Chipre assinam acordo para exportar gás à Europa	2
Título: Destaques	4
Título: Conselheira da Petrobras, que preside o IBP, renunciou ao cargo	5
Título: Curtas	6
Título: Setor naval faz ajustes para atender novo bunker	6
Título: BCI, de combustíveis, investe em outlet.....	8
Título: CoP-25, um misto de frustração com avanços	10
Título: 2020 tem de ser o ano de ação no meio ambiente	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Valor da conta de luz pode cair com tarifa branca	20
Título: BNDES venderá as ações da Petrobrás em 04 de fevereiro.....	21
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Enquanto a privatização da Eletrobras não vem	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2020****Seção: Internacional****Autor: Angeliki Koutantou — Reuters, de Atenas****Título: Israel, Grécia e Chipre assinam acordo para exportar gás à Europa**

Grécia, Chipre e Israel assinaram ontem um acordo para a construção de um duto submarino de 1.900 km para transporte de gás natural de campos de gás no Mediterrâneo para a Europa.

Apesar da oposição da Turquia ao projeto, os três países esperam chegar a uma decisão final de investimento até 2022, com o duto devendo ser concluído até 2025 para ajudar a Europa a diversificar suas fontes de energia. A meta é fornecer 10% do gás natural consumido pelo continente.

Em 2019, governos europeus e Israel concordaram em prosseguir com o chamado Projeto EastMed, um duto de US\$ 6 bilhões a US\$ 7 bilhões que inicialmente deverá transportar 10 bilhões de metros cúbicos de gás por ano de Israel e águas cipriotas para a ilha grega de Creta, a Grécia continental e a rede de gás da Europa via Itália.

Os ministros da Energia da Grécia, Israel e Chipre - Kostis Hatzidakis, Yuval Steinitz e Yiorgos Lakkotrypis, respectivamente - assinaram o acordo sobre o duto em uma cerimônia em Atenas.

Porém, a Turquia vê o EastMed como uma tentativa de excluí-la da exploração offshore de hidrocarbonetos. O governo de Recep Tayyip Erdogan acusa os rivais de perfurar a bacia do Mediterrâneo sem negociar com Ancara as fronteiras marítimas contestadas.

Os turcos também argumentam que não há a necessidade de construir um novo duto porque já existe o trans-anatoliano. “A rota mais econômica e segura para a utilização dos recursos naturais do leste do Mediterrâneo e fornecê-los para consumo nos mercados da Europa, incluindo nosso país, é a Turquia”, disse ontem o Ministério das Relações Exteriores da Turquia.

Recentemente, a Turquia enviou navios de perfuração para as águas cipriotas em disputa na busca por gás natural.

O premiê grego, Kyriakos Mitsotakis, o presidente cipriota, Nicos Anastasiades e o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, disseram que o acordo não tem a intenção de ser contrário a nenhum país.

“Ele [o acordo]... apoia o objetivo comum da paz, segurança e estabilidade na região particularmente vulnerável do leste do Mediterrâneo”, disse Anastasiades.

Netanyahu disse ainda que Israel deve se tornar uma “potência em termos de energia” com suas reservas de gás offshore. Segundo ele, com o acordo, os três países estabeleceram uma aliança que reforçará a estabilidade regional.

De acordo com o ministro da Energia de Israel, Yuval Steinitz, o EastMed contará com a vantagem de ser menos vulnerável à sabotagem e de não atravessar muitas fronteiras nacionais para alcançar os mercados consumidores.

A região carece de uma infraestrutura expressiva de petróleo e gás, e as relações políticas entre os países - incluindo Chipre, Grécia, Egito, Israel, Líbano e Síria - são tensas em uma série de frentes.

Chipre é dividido em um sul grego, onde está localizado o governo internacionalmente reconhecido da nação insular, e um norte turco separatista apoiado pela Turquia. A divisão ocorreu após uma invasão turca em 1974.

A Turquia não reconhece Chipre como um Estado e afirma que grande parte da zona econômica exclusiva da ilha está dentro de sua própria plataforma continental.

A assinatura do acordo do duto EastMed acontece semanas depois de a Turquia e a Líbia terem assinado um acordo sobre as fronteiras marítimas no Mediterrâneo, uma iniciativa contra a qual Grécia, Chipre e Israel se opunham.

Analistas afirmam que o pacto poderá representar um obstáculo ao duto proposto, que teria de cruzar a planejada zona econômica Turquia-Líbia. “Se a Turquia estiver interessada, as portas estão abertas”, disse Steinitz à Reuters. “Estamos prontos para discutir algum tipo de cooperação, cooperação energética, também com os turcos. Não somos contra os turcos e somos totalmente a favor do projeto EastMed”, acrescentou.

O projeto do duto é da IGI Poseidon, uma joint venture entre a empresa grega de gás DEPA e o grupo italiano de energia Edison.

Ontem, a DEPA assinou uma carta de intenções com a Energean, uma produtora de gás voltada para o leste do Mediterrâneo, para a compra de dois bilhões de metros cúbicos de gás por ano dos campos de gás da Energean ao largo da costa de Israel por meio do duto planejado.

A Grécia disse que o acordo será concluído assim que for também assinado pela Itália.

A descoberta de Israel dos vastos campos de gás de Leviatã e Tamar ao largo de sua costa transformou o país de importador a exportador de energia na última década.

O Leviatã fica a 110 km da costa israelense e contém cerca de 500 bilhões de metros cúbicos de gás natural, segundo dados oficiais. Israel começou a bombear gás do Leviatã na terça-feira, no que Steinitz chamou de um momento “histórico” para o país.

Em dezembro, Israel aprovou um acordo estimado em US\$ 20 bilhões assinado pelo grupo israelense Delek e pela egípcia Dolphinus para começar a exportar gás natural para o Egito. Israel também chegou a um acordo em 2017 para enviar gás para a Jordânia. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Ventos favoráveis

O BNDES aprovou um financiamento de R\$ 1,3 bilhão para a construção de 12 parques eólicos da Neoenergia na Paraíba. O valor corresponde a 80% do investimento total previsto no empreendimento, de R\$ 1,6 bilhão. Os 12 parques terão capacidade instalada de 370,8 megawatts (MW). Segundo o BNDES, esse montante é suficiente para abastecer cerca de 840 mil domicílios. Localizados nos municípios de Santa Luzia, São José do Sabugi, São Mamede e Areia de Baraúnas, os parques começaram a ser construídos no último trimestre de 2019. As obras têm prazo de execução de até 36 meses, com conclusão prevista para 2022. De acordo com o BNDES, estima-se que durante a fase de construção sejam gerados 1 mil empregos diretos e 300 indiretos.

Eneva em reestruturação

A Eneva anunciou ontem a incorporação de sua subsidiária Parnaíba I Geração de Energia por outra empresa do grupo, a Parnaíba Geração e Comercialização (PGC). A junção é parte de um processo de reestruturação societária de suas subsidiárias de geração a gás, que é uma estratégia para melhorar a gestão de contratos, reduzir custos e simplificar a estrutura da companhia. A Parnaíba I Geração de Energia era responsável pelas usinas térmicas Maranhão IV e V. A PGC, por sua vez, já era titular das térmicas Parnaíba 5A e 5B.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Conselheira da Petrobras, que preside o IBP, renunciou ao cargo**

Estatul informou que aguarda a indicação do substituto de Clarissa Lins pelo acionista controlador, a União

A economista e especialista em sustentabilidade Clarissa Lins renunciou ao cargo no conselho de administração da Petrobras. A saída de Clarissa do colegiado já era esperada pelo mercado e pela própria empresa, desde que ela assumiu a presidência do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), no fim de novembro do ano passado. Uma das mais influentes entidades setoriais do país, o IBP reúne petroleiras e outras companhias da cadeia de petróleo e gás natural.

Em comunicado divulgado ontem ao mercado, a Petrobras informou que Clarissa apresentou sua renúncia do conselho e dos comitês que integrava “por motivos profissionais que a impedem, neste momento, de continuar a desempenhar tais funções”.

Sócia fundadora da consultoria Catavento, especializada em estratégia e sustentabilidade, Clarissa é a primeira mulher a presidir o IBP. Ela também é a primeira especialista em transição energética a chefiar o instituto.

A eleição de Clarissa foi um sinal do IBP com relação à preocupação das petroleiras com o fenômeno da transição energética e seus efeitos para o mercado global.

Por outro lado, a saída da economista do conselho da Petrobras será um desafio para a estatal. A companhia perdeu sua principal referência em sustentabilidade e deve buscar um substituto com perfil semelhante.

No comunicado, a estatal informou que aguarda a indicação do substituto pelo acionista controlador, a União. A Petrobras lembrou ainda que o novo indicado será submetido aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo a análise de conformidade e integridade necessária ao processo sucessório da companhia.

Com a saída de Clarissa, o conselho da Petrobras conta, no momento, com nove integrantes. Desse total, seis são indicados pelo governo, dois por acionistas minoritários e um foi eleito pelos funcionários da companhia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério em alta

Os preços do minério de ferro iniciaram 2020 em alta no mercado transoceânico, apesar da desvalorização do aço na China e da nova rodada de restrições às operações de siderúrgicas no país asiático, com vistas ao controle da poluição durante o inverno. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, na sessão de ontem, a tonelada do minério com 62% de pureza no porto de Qingdao foi negociada a US\$ 94,05, com ganho de 2,08%. No ano passado, a commodity acumulou valorização de 26,7%, mas analistas e participantes do mercado preveem correção dos preços ao longo de 2020 diante do aumento da oferta global, sobretudo a partir do segundo trimestre.

Recorde em Itaipu

A hidrelétrica de Itaipu alcançou recorde de disponibilidade operacional em 2019. De acordo com Itaipu Binacional, o fator de disponibilidade das unidades geradoras (FDO) no ano passado foi de 97,55%. O indicador superou o recorde anterior, alcançado em 2018. Em 2019, a produção de Itaipu foi de 79.444.510 megawatts-hora (MWh). O volume seria suficiente para abastecer o mundo por um dia e seis horas ou o Brasil, por dois meses e um dia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Setor naval faz ajustes para atender novo bunker

Entrou em vigor nesta semana a determinação da Organização Marítima Internacional (IMO) para a nova composição do óleo combustível utilizado por

navios, conhecido como bunker. A norma definiu a obrigatoriedade da redução do limite máximo de teor de enxofre no combustível, de 3,5% para 0,5%. Mesmo tendo sido aprovada com anos de antecedência, a medida ainda está longe de ser algo facilmente implementado este ano e ainda há muitos desafios para armadores, petroleiras e órgãos responsáveis pela fiscalização dos combustíveis, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Valor**.

“É uma agenda bem importante para o setor de navegação e também para o setor de fornecimento de combustível marítimo. É um assunto que já vem sendo discutido há muitos anos. É uma redução bem drástica e bem importante”, explica Godofredo Mendes Vianna, especialista em direito marítimo e sócio sênior do escritório Kincaid Mendes Vianna.

Segundo ele, um desafio de imediato é o atendimento das embarcações logo nos primeiros dias do ano. Caso a embarcação ainda tenha no tanque combustível com as especificações antigas, ela terá que fazer a retirada e o descarte do produto para ser abastecida com o novo bunker.

Só poderão utilizar o combustível com o teor mais elevado de enxofre as embarcações que tiverem instalado um equipamento chamado “scrubber”. O componente é, na prática, um sistema de limpeza de gases de escape, que filtra o combustível e reduz a quantidade de enxofre emitida.

Mesmo antes de entrar em vigor, no entanto, a nova norma já gerou impactos econômicos no setor. De acordo com dados da consultoria Bain & Company, o preço do bunker com 0,5% de enxofre subiu 17,4% nos primeiros cinco meses do ano passado, passando de US\$ 460 por tonelada para US\$ 540 por tonelada. Há relatos de aumentos ainda maiores no fim de 2019. Com relação ao “scrubber”, a instalação do equipamento estava custando entre US\$ 3 milhões e US\$ 5 milhões.

Godofredo lembra ainda dos efeitos no mercado financeiro. “Os bancos que financiam a indústria e a construção de navios se uniram na Europa e assinaram um protocolo para o rastreamento e monitoramento dos navios que eles estão financiando para que obedeçam essa pauta da IMO também, sob pena, inclusive, de impactos no financiamento.”

Para José de Sá, especialista em petróleo e diretor no escritório da consultoria Bain & Company no Rio, 2020 será um ano de ajuste para o setor marítimo. Segundo ele, ainda há um mercado não desprezível de combustível marítimo com alto teor de enxofre, já que muitas companhias ainda não fizeram os investimentos necessários para se adaptarem para o novo combustível, devido a incertezas com relação às especificações do novo produto.

Por outro lado, o especialista da Bain & Company entende que os refinadores que investiram e se prepararam com antecedência deverão ter margens “bem interessantes” nos próximos dois anos. Ele destaca ainda que o Brasil tem um diferencial, já que o petróleo local possui naturalmente baixo teor de enxofre.

A Petrobras fez a mesma leitura e se preparou antecipadamente. A companhia informou ao **Valor** que todas as suas refinarias têm condições operacionais de produzir o bunker com baixo teor de enxofre e que a produção da empresa é suficiente para atender o mercado doméstico e ainda exportar o excedente.

A diretora de Refino e Gás Natural da petroleira, Anelise Lara, estima que a companhia tenha um ganho adicional da ordem de US\$ 1 bilhão em 2020, em relação a 2018, no negócio de abastecimento de bunker.

“No que diz respeito à IMO 2020, estamos muito bem posicionados, porque nosso óleo do pré-sal é baixo em enxofre e nossas refinarias são capazes de produzir bunker com 0,5% [de enxofre] sem necessidade de adicionar mais equipamentos”, afirmou a executiva, em reunião com investidores em Londres, no início de dezembro. “Pretendemos atingir cerca de 900 toneladas de bunker para exportar em 2020, devido às características do bunker da Petrobras”, completou a diretora, na ocasião.

Outro ponto fundamental sobre a nova norma é relativo à fiscalização. Por definição, cada país deve ser responsável pela fiscalização do uso do combustível em seu território. Este é outro motivo para que a mudança no mercado não ocorra de imediato, no entendimento de Sá, da Bain & Company. “Podemos esperar um nível alto de adesão em portos importantes como o de Roterdã [na Holanda] e em Cingapura. Mas nos portos mais remotos é difícil imaginar que vai ter uma entidade representativa fiscalizando especificamente esse tema”, afirma o especialista.

No Brasil, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) se antecipou à mudança e aprovou em maio uma resolução que estabelece a especificação dos combustíveis marítimos em linha com a norma da IMO 2020. “A regra tem como objetivo contribuir para a diminuição da emissão de gases poluentes, favorecendo o meio ambiente e a saúde das populações, em especial as que vivem próximas a portos e costas”, informou a autarquia, na ocasião.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão — Do Recife

Título: BCI, de combustíveis, investe em outlet

O grupo pernambucano BCI, controlador da distribuidora de combustíveis T.T Work (antiga Total), vai investir R\$ 90 milhões na construção de um outlet no município de Moreno, localizado a 30 km do Recife.

O novo empreendimento será o primeiro shopping de descontos em Pernambuco, e o terceiro na região Nordeste. Cerca de 80% do investimento será financiado com recursos do Banco do Nordeste (BNB) e o restante será feito com capital próprio do grupo BCI.

O outlet é uma diversificação das atividades do grupo, que no ano passado faturou R\$ 7,9 bilhões com importação de combustíveis, comercialização de etanol, armazenagem de grãos líquidos e fabricação de motos de 50 cilindradas da marca chinesa Shineray, além de negócios no setor imobiliário.

Paulo Perez, presidente do grupo BCI, diz que está bastante confiante na recuperação do varejo. “Já começamos a sentir uma retomada da economia no segundo semestre e temos uma expectativa alta para 2020”, afirmou ao **Valor**.

Com área total de 500 mil m², o empreendimento deve ser entregue aos lojistas em julho e abrir as portas para os clientes em outubro.

A primeira etapa, com 77 lojas que vão de 50 m² a 1000 m², contará com investimento de R\$ 65 milhões e a ampliação com R\$ 25 milhões. Segundo o empresário, 70% das lojas já estão contratadas, entre elas Levi's, Richards, Mizuno, Tommy Hilfiger, Ellus e New Balance. “Se esse número chegar a próximo de 100% em fevereiro, vamos começar a lançar uma segunda etapa imediatamente”, diz Perez.

Embora tenha a maior renda per capita entre as capitais do Nordeste, a região metropolitana do Recife ainda não conta com um empreendimento no formato de outlet, diferentemente de Salvador e Fortaleza. “Havia espaço para isso e outros investidores já tinham tentado, mas acabaram desistindo por questões diversas, como a localização do shopping”, afirma Perez.

Em um raio de 200 km, o empreendimento atenderá 115 municípios e espera alcançar consumidores não apenas de Pernambuco, mas também dos Estados vizinhos Paraíba e Alagoas. Em uma área onde no passado funcionava engenhos de cana-de-açúcar, o outlet deve empregar 2 mil pessoas. “Com o Aeroporto do Recife se consolidando como hub regional, o potencial para atender turistas é imenso”, afirma Perez.

Para o empresário, esse modelo de shopping é uma tendência mundial, que já se reflete na forma como as varejistas de vestuário e calçados operam. “As grandes marcas não pensam mais o outlet como ponta de estoque apenas, mas como uma operação tão importante quanto a do on-line e a do varejo normal”.

No Brasil, existem hoje em funcionamento 13 outlets. Mais cinco têm inauguração prevista no curto prazo, sendo três deles no Nordeste - dois em Pernambuco e um em Aracaju - de acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce).

Gabriela Oliveira, gerente de planejamento estratégico da Abrasce, diz que houve um crescimento expressivo desse modelo de shopping na última década e que há uma tendência de expansão. Segundo levantamento da entidade, 58% dos grupos que investem em outlet no Brasil pretendem realizar algum tipo de ampliação dos seus empreendimentos nos próximos três anos.

“Os outlets representam uma saída destino. A intenção é comprar. Em média, o consumidor para seis horas dentro de um empreendimento desses”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Marina Grossi

Título: CoP-25, um misto de frustração com avanços

Frustração foi o termo mais utilizado para definir o encerramento da CoP-25, ocorrida nas duas primeiras semanas de dezembro, em Madri, depois de ter sido deslocada da América Latina para o continente europeu, e ter terminado dois dias depois do previsto. O documento final redigido pelos negociadores, intitulado "Chile-Madri, hora de agir", não refletiu a disposição dos países, entre eles o Brasil, de traduzir a urgência do tratamento das mudanças climáticas.

Frustração pelo que poderia ter sido resolvido e foi adiado. E frustração porque adiamento de decisões não combina em nada com emergência climática que obriga o planeta a reduzir em pelo menos 7,6% suas emissões a cada ano até 2030, a fim de limitar o avanço no aquecimento global em 1,5 °C, de acordo com o estabelecido pela UNFCCC, e um consequente colapso do clima global.

Questão climática poderia ser incorporada como uma das variáveis críticas nas propostas de reformas em discussão

O iminente colapso, que alguns poucos ainda questionam, pode impedir a fotossíntese em áreas produtivas, e interromper a produção de diversos alimentos. Da soja, à cevada, passando pelo café e inúmeras outras culturas. Além disso, as mudanças climáticas, cada vez mais severas, ostentam aumentos radicais na frequência e intensidade de fenômenos ambientais, como furacões, enchentes, secas e tsunamis. Mas as ameaças não foram suficientes para abrir os olhos de governantes sobre as consequências desses desastres, como migrações, aumento da desigualdade social, possíveis guerras e insurgências.

É sabido que o Brasil foi considerado um dos entraves para um avanço maior nas negociações, porém, a despeito da frustração, é preciso olhar para os resultados com um pouco mais de otimismo. É inegável que avançamos. Os quase 200 países participantes concordaram em apresentar “compromissos mais ambiciosos” para reduzir as emissões de gases poluentes. Mesmo que tenham deixado os detalhes sobre como isso será feito somente para serem acertados na próxima cúpula, em novembro de 2020, na Escócia, o recado está dado: Há consenso entre os países de que algo precisa ser feito, e que este algo deve ser maior do que se propunha antes.

Também é inegável a expressividade da sociedade civil brasileira que, na ausência de um pavilhão oficial do país, engendrou esforços na construção de uma programação relevante no Brazil Climate Action Hub. O espaço deu voz a cientistas, ONGs, representantes indígenas, e governos subnacionais, e foi um dos pontos altos dessa CoP.

Outro ponto que merece atenção é que o governo brasileiro, embora se diga pró-mercado, manteve a posição dos anos anteriores, ao contrário do que se esperava, uma vez que o Ministério da Economia havia se posicionado antes da CoP favorável ao alinhamento com o que pensa o setor privado. Entretanto, não podemos ignorar o hercúleo desafio de criar um mercado que permita a troca de créditos de carbono entre mais de 180 países, com regras claras e aplicáveis e respeito à integridade ambiental. A conclusão do Artigo 6 do Livro de Regras do Acordo de Paris que estabelece as regras desse mercado é só o primeiro passo.

Há dois anos que o Cebds, braço brasileiro do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), vem trabalhando exaustivamente em uma proposta de mercado de carbono, na qual o Brasil certamente poderá ser protagonista, dado seu histórico na matriz energética mais limpa do que no resto do mundo, suas florestas, e também por ter uma enorme extensão do uso de combustível renovável, derivado da cana, em todo o país.

A proposta levada pelo Cebds e acatada pelo governo brasileiro representa os interesses de 60 grupos empresariais entre os maiores do Brasil, incluindo aí

petroleiras, mineradoras, grupos de fabricação de alimentos e bebidas, empresas de saneamento, de cimentos, de reflorestamento e petroquímicas. Elas representam 45% do PIB brasileiro, empregam mais de um milhão de pessoas, e querem a regulação da emissão de carbono. Têm consciência dos negócios que podem ser envolvidos em um mercado de carbono global, e já incluíram em suas finanças os impactos climáticos e a necessidade de investir em uma transição para uma nova economia. Em resumo, as empresas já entenderam que é financeiramente mais vantajoso fazer investimentos para materializar essas oportunidades do que gerir os impactos negativos das mudanças do clima.

Essa proposta que atende às necessidades de transição e de fomentar negócios em um mercado de carbono global, é que emperrou o Artigo 6 do Livro de Regras do Acordo de Paris. Implementar esse mercado é fazer valer a precificação interna que as empresas já estão realizando, e colocar em prática a compensação das emissões em manutenção de florestas, investimentos em energia renovável e em bioeconomia. O Brasil é protagonista deste mercado e deve assumir seu lugar de direito.

Estudo do Cebds lançado na CoP em Madri aponta que das 61 companhias brasileiras e multinacionais com operações no país, que representam cerca de 90% do capital comercializado em bolsa de valor no Brasil, 83% identificam riscos associados às mudanças climáticas, 93% integram mudança do clima à estratégia de negócios, 30% desenvolveram um plano de descarbonização. Essas empresas investiram um total de US\$ 7,7 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento de iniciativas de baixo carbono.

Esse aprendizado das empresas pode ajudar também na construção de políticas adequadas visando maior resiliência da economia brasileira diante dos impactos gerados pela mudança do clima. Este tema poderia ser incorporado como uma das variáveis críticas nas propostas de reformas em discussão no país. Assim, políticas econômicas, tributárias e ambientais, dentre outras, não mais competiriam entre si, mas sim poderiam convergir para fortalecer a competitividade do Brasil nessa nova economia. A integração das questões climáticas na construção dessas políticas pode, inclusive, apresentar soluções para endereçar o atual déficit orçamentário por meio de instrumentos financeiros inovadores como títulos verdes e debêntures incentivadas.

Marina Grossi é presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2020****Seção: Especial****Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo****Título: 2020 tem de ser o ano de ação no meio ambiente**

A economista dinamarquesa Inger Andersen, 61 anos, pensa em 2020 como “um super ano” para o meio ambiente no mundo. A diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma (ou Onu Meio Ambiente) tem muita expectativa pelo resultado dos eventos internacionais previstos para os próximos meses. É um sentimento de ansiedade provocado por um quadro desolador, com falta de liderança climática e mais de um milhão de espécies ameaçadas.

“Tenho grande expectativa porque agora, mais do que nunca, o estado da natureza e o que seu declínio significa para a humanidade, são evidentes”, diz ela, que assumiu a Onu Meio Ambiente em fevereiro e é também sub-secretária da ONU.

A crise climática não pode ser resolvida por nenhum país sozinho, os desafios ambientais não têm fronteiras”

Ela espera que a pauta ambiental extravase os circuitos ecológicos e contamine outros setores da sociedade. “Espero que esses eventos levem a conversa sobre biodiversidade para fora dos corredores do meio ambiente, para empresas, cadeias de suprimentos, ministérios das Finanças, provedores de infraestrutura, de desenvolvimento urbano e muitos outros.”

Com mais de 30 anos de experiência em desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e na formulação de políticas públicas, Inger Andersen foi diretora-geral da IUCN (International Union for Conservation of Nature fundada em 1948), a mais famosa união de autoridades governamentais e não-governamentais do mundo preocupadas com conservação.

O agitado calendário ambiental de 2020 anima a dinamarquesa, que esteve 15 anos no Banco Mundial em várias funções, como vice-presidente de desenvolvimento sustentável e vice-presidente de Oriente Médio e norte da África.

Em junho, a IUCN realizará em Marselha seu congresso, que ocorre a cada quatro anos. O evento precede a rodada de negociação da Convenção de Biodiversidade da ONU (CBD) que acontece na China, em outubro, e, espera-se, produza algo similar ao Acordo de Paris para a proteção das espécies.

Na área climática, um encontro aguardado é o dos líderes da União Europeia e da China em agosto, em Leipzig, na Alemanha. A reunião do bloco europeu com o maior emissor de gases-estufa do mundo pode dar impulso para maior ambição às metas e animar outros a se comprometerem antes do fim do ano, quando ocorre a CoP de clima de Glasgow, na Escócia.

“Muito mais ambição e ação são necessárias e sabemos que isso será difícil e exigirá verdadeira liderança”, diz ela.

Durante a CoP 25, em Madri, Inger tuitou e gravou vídeos pedindo maior ambição aos países em suas metas climáticas e que fechassem o artigo 6 das regras do Acordo de Paris, o que trata dos mercados globais de carbono. Como se sabe, isso não aconteceu.

Na véspera da conferência, retuitou um artigo do “The Guardian” em que o autor cita os incêndios na Amazônia, Sibéria, Austrália e Califórnia e denomina a fase contemporânea da humanidade como “a era do fogo”. O retuíte da economista era claro: “Em qualquer dia, entre 10 mil e 30 mil incêndios florestais acontecem em algum lugar do planeta. Temos apenas uma única escolha racional: escolher sobreviver”.

Não temos escolha. Temos a responsabilidade de deixar um planeta habitável para as gerações futuras”

Em artigo publicado na “Time”, em dezembro, escreveu: “As emissões de gases-estufa precisam cair mais de 7% ao ano. Temos que parar de procrastinar.”

Inger Andersen concedeu entrevista ao **Valor** em dois momentos. Por telefone, quando os incêndios na Amazônia estavam no auge, e por e-mail, na CoP 25, a conferência do clima em Madri, em dezembro. A seguir, trechos dos dois momentos em que ela fala de empresas, ideologias e desafios:

Valor: *Em 2020 haverá o grande congresso da IUCN na França e também a rodada da Convenção da Biodiversidade na China. O que espera desses momentos?*

Inger Andersen: Penso em 2020 como um super ano para o meio ambiente. As metas climáticas do Acordo de Paris entrarão em vigor, precisamos formular a moldura para protegermos a biodiversidade no pós-2020 e teremos discussões multilaterais sobre produtos químicos, resíduos e oceanos. Tenho grande expectativa porque agora, talvez mais do que nunca, o estado da natureza e o que seu declínio significa para a humanidade, são evidentes.

Valor: *Quando surgiu esta conscientização?*

Inger: Muito vem do relatório histórico produzido pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas em Serviços de Biodiversidade e Ecossistemas [Ipbes, um painel de pesquisadores mundiais] e divulgado em 2019. Um milhão de espécies de um total de quase oito milhões está ameaçada de extinção. As atuais tendências negativas na biodiversidade e nos ecossistemas devem prejudicar o progresso em 80% das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [as metas conhecidas como ODS que sucederam os Objetivos do Milênio] relacionados à pobreza, fome, saúde, consumo e produção sustentáveis, água, cidades, clima, oceanos e terra.

Valor: *O que espera da CoP 15, a rodada da convenção da biodiversidade, na China?*

Inger: Trata-se de uma reunião crítica. Esperamos que as nações formulem e se comprometam com ações mais fortes para proteger a biodiversidade. O congresso mundial de conservação da IUCN servirá como um trampolim importante para a CoP 15. Esperamos que os governos venham a essas reuniões com planos e estratégias concretos e implementação detalhada e assim possamos interromper a degradação maciça que estamos causando na natureza.

Valor: *A questão ambiental pode saltar das bolhas ecológicas e atingir outras parcelas da sociedade?*

Inger: Sim. Em 2020 também podemos acelerar a década da Restauração de Ecossistemas, da ONU, que vai de 2021 a 2030. O objetivo é conseguirmos ampliar, de forma acentuada, a restauração de ecossistemas degradados. É uma maneira de combater a crise climática ao mesmo tempo em que se melhora a segurança alimentar, o suprimento de água e a proteção da biodiversidade. Espero que esses eventos levem a conversa sobre biodiversidade para fora dos corredores do meio ambiente, para empresas, cadeias de suprimentos,

ministérios das Finanças, provedores de infraestrutura, de desenvolvimento urbano e muitos outros.

Valor: *O relatório “Emissions Gap” do Pnuma de 2019 diz que a ambição climática dos países tem que aumentar pelo menos cinco vezes para que se consiga limitar o aumento da temperatura em 1,5 °C até 2100 e três vezes para 2 °C. A mensagem é clara, mas acredita que os governos a sigam?*

Inger: Não podemos nos dar ao luxo de perder mais tempo. Nosso fracasso coletivo em agir cedo e com firmeza com relação à mudança climática significa que agora devemos conseguir cortes profundos nas emissões: mais de 7% ao ano na próxima década. Precisamos que os governos negociem e se envolvam. É fundamental que se aumente a ambição nas metas climáticas nacionais e que se chegue a um acordo sobre questões controversas como o Artigo 6, que trata dos mercados de carbono. Os países não podem esperar até o final de 2020, quando novos compromissos climáticos são esperados, para intensificar suas ações.

Valor: *Os países estão preparados para aumentar a ambição em mitigação, adaptação e finanças?*

Inger: Não temos escolha. Temos a responsabilidade de deixar um planeta habitável para as gerações futuras. Já vemos países dando passos na direção certa como alguns membros do G-20, responsáveis por 78% das emissões globais. A União Europeia registrou um declínio constante nas emissões de 1% ao ano na última década e as políticas atuais colocam a região no caminho para obter reduções de 40% até 2030. A China comprometeu US\$ 758 bilhões em capacidade de energias renováveis nos últimos 10 anos. Nos Estados Unidos mais de 100 cidades assumiram 100% de compromissos com energias limpas.

Valor: *Estão imitando movimentos dos pequenos poluidores, não?*

Inger: Sim. A Costa Rica elaborou um plano detalhado para descarbonizar sua economia até 2050. Na cúpula de Ação Climática do secretário-geral da ONU, em setembro, 77 países se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa para emissões líquidas zero até 2050 e 79 países anunciaram que aumentarão seus planos de ação até 2020.

Valor: *Mas os grandes emissores não estão se movimentando muito.*

Inger: Meu trabalho é ser otimista e realista. Claro que os maiores emissores têm que fazer mais, mas todos podem contribuir mais.

Valor: *Quem está realmente respondendo à emergência climática? O setor privado? A juventude?*

Inger: A resposta é generalizada. Estamos vendo os jovens reivindicando claramente um assento à mesa e nos chamando a prestar contas.

Valor: *E o setor privado?*

Inger: Está intensificando seus compromissos e isso ocorre no nível dos CEOs. Mais de 100 empresas líderes se comprometeram com ações concretas que estão de acordo com os objetivos do Acordo de Paris e aceleram a transição da economia cinza para a verde, incluindo donos de mais de US\$ 2 trilhões em ativos. Mais de 100 cidades, muitas das maiores do mundo, anunciaram estratégias concretas. Esse progresso não é suficiente para atingir as metas de Paris, mas estamos vendo mais compreensão da situação e maior impulso para a descarbonização.

Valor: *Governos nacionalistas parecem ver a agenda climática e ambiental como sendo do espectro político da esquerda. Como esse pensamento pode ser quebrado?*

Inger: Convidamos todos os países a permanecerem à mesa, a se envolverem e a negociarem. A emergência climática não pode ser resolvida por nenhum país sozinho, nossos desafios ambientais não têm fronteiras.

Valor: *Acredita que estas questões sejam ideológicas?*

Inger: De modo algum. É a ciência. São fatos e evidências que nos dizem para agirmos. Governos de esquerda, de direita ou de centro fazem compromissos claros. Vimos governos mudando de um espectro político ao outro e mantendo seu compromisso climático. O Reino Unido recentemente declarou emergência climática, isso em um governo conservador. Não há ideologia nestas questões. E há muitos governos, de diferentes correntes políticas e diferentes entendimentos políticos do que pode funcionar melhor, agindo.

Valor: *Por que é importante preservar a Amazônia? Como viu os incêndios na floresta?*

Inger: A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta e é incrivelmente importante, junto com outras, como a da Bacia do Congo e da Indonésia. Compreender os fatores que conduzem aos fogos nas florestas é fundamental. Vimos estes focos ao longo de uma estrada, o que indica que se trata de

atividade humana, de limpeza, o que está sendo amplificado por um mundo em mudança climática. Mas é preciso reconhecer que o Brasil foi um ator ambiental forte por décadas e teve ação pró-ativa também em conseguir um grande decréscimo do desmatamento até 2012.

Valor: *Um passo atrás: por que a floresta amazônica é importante para o mundo?*

Inger: Bem, árvores e florestas fazem fotossíntese. A biomassa absorve carbono durante o seu crescimento e produz oxigênio. Estas grandes florestas, seja na África, Ásia ou na América do Sul, produzem muita umidade e chuva. São importantes para estabelecer os padrões climáticos globais.

Valor: Valor: *Como vê a alta do desmatamento no Brasil?*

Inger: A Amazônia, ao lado de outras grandes florestas no mundo, é uma defesa natural e vital contra o aquecimento global. O gerenciamento sustentável dos recursos florestais será fundamental para salvar o meio ambiente e nosso planeta. O fracasso em deter os danos terá graves impactos na saúde e nos meios de subsistência humanos, dizimando a rica biodiversidade e deixando o mundo mais exposto às crises climáticas e a ainda mais desastres. O Brasil sempre desempenhou um papel importante na governança climática e esperamos que o país continue - e, na verdade, aumente - seus compromissos climáticos.

Valor: *Por que o secretário-geral da ONU António Guterres expressou sua preocupação com os incêndios na Amazônia?*

Inger: A preocupação não era para apontar dedos, mas apenas para dizer o quanto a floresta é crítica para garantir a estabilidade dos padrões globais climáticos, além de ser o lar de 32 milhões de pessoas e de 40 mil espécies de plantas. Quando se vê este grau de fogo, seja na Bacia do Congo ou na Amazônia, expressamos a nossa preocupação também pelo estoque de carbono. Está se emitindo um grande volume de CO₂, está-se perdendo diversidade biológica, além de solo e do modo de vida de comunidades que vivem da floresta.

Valor: *É possível, de verdade, preservar e desenvolver? Conservar e reduzir a pobreza? Descolar o crescimento econômico da pressão sobre os recursos naturais?*

Inger: Se cortarmos as florestas, o padrão de chuvas irá mudar, as florestas ficarão mais pobres, as espécies se perderão. É perder sustentabilidade a longo prazo. Houve países que poluíram e cortaram suas florestas em busca de riqueza, isso ocorreu no passado. Mas agora somos tantos que não se pode mais seguir expandindo sobre o que nunca foi tocado. Então, avançar sobre o ambiente original é como cortar os pés do banco onde estamos sentados. Acredito que há muita gente no Brasil, e em outras partes do mundo, com consciência sobre o imperativo de conservar mas também de reduzir a pobreza. Temos que encontrar as oportunidades e não deixar ninguém para trás. Garantir que quem vive na pobreza terá oportunidades de longo prazo. Mas não pode ser um jogo de retorno imediato, de explorar ecossistemas de modo não renovável.

Valor: *Mesmo se os governos forem para outra direção, as pessoas podem ajudar o clima no mundo com suas opções cotidianas?*

Inger: Com certeza. Vemos indivíduos escolhendo estilos de vida mais sustentáveis. Pessoas estão ajudando o clima todos os dias, consumindo menos do que a própria pegada de carbono, fazendo escolhas que causam menos corte de árvores. Há tantas ações que podemos fazer e que são boas para o clima na esfera local e também global. Todos podemos responder a esse chamado urgente para garantir que deixemos um planeta habitável às gerações futuras.

Valor: *Quais podem ser os danos provocados pelos Estados Unidos ao deixarem o Acordo de Paris?*

Inger: Somos mais fortes juntos e o multilateralismo funciona melhor quando todos trabalham juntos. Exortamos todos os países a permanecerem na mesa de negociações sobre mudança climática. No entanto, estamos encorajados pelo fato de muitas cidades, autoridades subnacionais, empresas e pessoas nos Estados Unidos permanecerem comprometidas com ações climáticas ousadas e adotando medidas para descarbonizar a economia. Isso vai desde a aprovação de legislação que promove maior mudança para geração de energias renováveis ao estímulo a veículos elétricos.

Valor: *Qual o maior desafio ambiental este ano?*

Inger: O secretário-geral da ONU tem dito que a mudança do clima é o desafio do nosso tempo. Há países que podem desaparecer como os estados-ilhas, cidades que sofrem inundações, áreas que perdem PIB para a seca. Nos últimos cinco anos tivemos os anos mais quentes da nossa história. Há 1,1 bilhão de

pessoas enfrentando riscos climáticos imediatos e 4,5 bilhões de pessoas foram afetadas por desastres na última década. Temos que ter um nível maior de ambição para descarbonizar a nossa economia, para financiar os países que precisam, para inovação e novas oportunidades na geração de energia e transporte e para investir em soluções baseadas na natureza que podem nos ajudar a encontrar respostas para o sequestro e absorção de carbono. Temos que ter mais ambição.

Valor: *Quais as suas prioridades para a Onu Meio Ambiente?*

Inger: Mencionei mudança do clima, biodiversidade e oceanos. Nosso trabalho é prover os governos com dados e informações corretas e a moldura onde suas ações ocorrem para descolar o crescimento econômico da exploração dos recursos naturais, descontaminar, descarbonizar. Cada um destes elementos é fundamental para que os países possam se fazer a transição ecológica e assegurar que tenhamos consumo e produção sustentáveis. Como consumimos, como produzimos, como vivemos, como geramos lixo. Cada um de nós faz escolhas todos os dias, escolhas que afetam o planeta.

Valor: *Os governos estão conscientes de que podem ser punidos, no futuro por situações como essa, de incêndios na Amazônia? Não apenas por outros governos, mas também pelas escolhas de consumidores e de empresas?*

Inger: Acredito que a grande punição virá da mãe-natureza, que irá nos punir se não agirmos. Infelizmente, já há muitos sentindo esta represália mesmo se não fizeram nada. As emissões não foram criadas pelas pequenas ilhas, não foram produzidas pelos países pobres, não foram geradas pelos lugares que mais estão sofrendo. É por isso que é realmente importante que descarbonizemos as nossas economias, para que esta punição não seja ampliada depois.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2020

Seção: Economia

Autor: Weilmington Bahnemann

Título: Valor da conta de luz pode cair com tarifa branca

Todos os consumidores brasileiros já podem aderir à tarifa branca, que permite o pagamento de valores diferentes em função da hora e do dia da semana em que se consome a energia elétrica. Aprovada em 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia estabelecido um cronograma anual para adoção da modalidade, começando em janeiro de 2018 pelas novas ligações de clientes

ou unidades consumidoras com média anual de consumo mensal superior a 500 KWh/mês. Em janeiro de 2019, o patamar mínimo foi reduzido para 250 KWh/mês, chegando a agora a todos os consumidores de baixa tensão.

A tarifa branca é uma medida que visa a sinalizar aos consumidores que é possível reduzir a conta de luz, além de otimizar o uso da rede elétrica. Nos dias úteis, a nova modalidade tarifária tem três valores: ponta (entre 18h e 21h), intermediário (entre 17h e 18h e entre 21h e 22h) e fora de ponta (entre 22h e 17h do dia seguinte). Esses períodos são estabelecidos pela Aneel e diferentes para cada distribuidora. Sábados, domingos e feriados contam com a tarifa fora de ponta nas 24 horas do dia. Pelas regras, valor da tarifa fora do horário de ponta é mais barato do que no horário de ponta, estimulando a mudança de hábitos de consumo.

Antes de optar pela tarifa branca, o consumidor deve conhecer bem o seu perfil de consumo. Quanto mais deslocar o consumo para o período fora de ponta, maior será a redução da conta de luz. Porém, a tarifa branca não é recomendada para aqueles consumidores que demandam mais energia nos períodos de ponta e intermediário e não houver possibilidade de deslocar o consumo para o período fora de ponta. Nessas situações, o valor da fatura pode subir.

Caso o consumidor tenha aderido à tarifa branca e não percebeu vantagem, pode solicitar sua volta ao sistema anterior (tarifa convencional). A distribuidora terá 30 dias para atender ao pedido de alteração. Caso queira participar de novo da modalidade, há um período de carência de 180 dias.

Segundo a Aneel, desde que entrou em vigência até outubro de 2019 (última informação disponível), 32,449 mil clientes já aderiram à tarifa branca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES E LUCIANA COLLET

Título: BNDES venderá as ações da Petrobrás em 04 de fevereiro

Coluna do Broadcast

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve se desfazer de sua fatia de 10% das ações ordinárias (com direito a voto) na Petrobrás, por meio de uma oferta subsequente (follow on) no dia 04 de fevereiro, quando está marcada, no cronograma preliminar, a precificação do papel na operação. Já o início do roadshow, como são chamadas as reuniões com os potenciais investidores, está previsto para o dia 22 de janeiro. A fatia de

ações ordinárias detidas pelo banco de fomento vale cerca de R\$ 24 bilhões. Credit Suisse, Bank of America, Bradesco BBI, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Citi, Banco do Brasil e XP Investimentos coordenam a operação. Além das ações ordinárias, o BNDES possui cerca de R\$ 30 bilhões em ações preferenciais da petroleira, que serão vendidas em operações em bolsa.

» Pessoa física. O olhar, mais uma vez, ficará no grande apetite das pessoas físicas. Na oferta da Petrobrás no ano passado, quando a Caixa Econômica Federal vendeu sua participação e levantou mais de R\$ 7 bilhões com a transação, as pessoas físicas ficaram com cerca de 25% do total da oferta. Para tal transação, a XP pensou em uma estratégia que ainda não tinha sido utilizada no mercado de capitais no Brasil, com o uso de material de divulgação em redes sociais. Com isso, foram mais de 13 mil pessoas físicas participantes. Para a nova oferta multibilionária, a mesma prática deve ser repetida. Procurados, BNDES e Petrobrás não comentaram.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Enquanto a privatização da Eletrobras não vem

Ontem, o Brasil passou a ter uma estatal a menos. A Eletrobras conseguiu aprovar a fusão da Eletrosul, com sede em Santa Catarina, com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, sediada no Rio Grande do Sul. Ou seja: ambas atuavam na mesma região.

O desafio do governo, como é sabido, é privatizar a Eletrobras inteira.

Há ainda muitas resistências a serem vencidas no Senado e na Câmara.

Por falar nela....

O consultor Adriano Pires acha que se Jair Bolsonaro quiser realmente privatizar a Eletrobras este ano ele precisará mudar o discurso.

— Ao invés do discurso fiscalista de redução da dívida, ele deveria adotar o da redução das tarifas para os consumidores. Com isso, o dinheiro da privatização seria usado para reduzir a CDE e consequentemente as tarifas, em vez de ir para o Tesouro. Quero ver qual parlamentar vai se posicionar contra a privatização da Eletrobras.

Em tempo...

CDE são as iniciais da Conta de Desenvolvimento Energético. As empresas de distribuição de energia cobram um determinado valor — repassado para a sua, a minha, a nossa conta — para “prover recursos para o desenvolvimento energético dos estados”.

MME / ASCOM .